

INFORMAÇÃO PARA LIBERDADE: a biblioteca rural e o combate ao trabalho escravo na contemporaneidade

INFORMATION FOR FREEDOM: the rural library and the fight against forced labour in contemporary times

André Anderson Cavalcante Felipe¹

Tarsila Albuquerque de Araújo²

RESUMO

A pesquisa trata do contexto das bibliotecas que atuam na zona rural brasileira e da temática do trabalho escravo contemporâneo e objetiva apresentar as possibilidades de abordagem do tema nesses espaços, tendo em vista a característica das bibliotecas rurais de colaborarem para o desenvolvimento social das comunidades onde estão inseridas. A pesquisa é qualitativa e de cunho exploratório, com método bibliográfico e documental. Como exemplos de bibliotecas rurais, foram selecionadas as iniciativas Arca das Letras, Minibibliotecas Embrapa e Associação Vaga Lume. Além disso, foram escolhidos, para o desenvolvimento do referencial teórico sobre a escravidão contemporânea, materiais de instituições com atuação reconhecida no meio, como a Organização Internacional do Trabalho e a Repórter Brasil, além de reflexões do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística sobre a conceituação da zona rural brasileira. Ao fim da pesquisa, foi possível perceber que as bibliotecas atuantes na zona rural possuem potencial para a apresentação da temática da escravidão contemporânea aos residentes da comunidade, com foco na conscientização, na informação e na prevenção.

Palavras-chave: Biblioteca rural. Escravidão contemporânea. Trabalho escravo contemporâneo. Zona rural brasileira.

ABSTRACT

This research addresses the context of libraries in Brazilian countryside and the theme of forced labour, aiming to present the possibilities of approach of the subject in these places, considering the characteristic of the rural libraries to collaborate for the social development of the communities. This qualitative research is exploratory and uses a bibliographic and documentary method, bringing as examples of rural libraries the initiatives *Arca das Letras*, *Minibibliotecas Embrapa* and *Associação Vaga Lume*. Materials from institutions with recognized action in the fight against modern slavery, such as the International Labour Organization and *Repórter Brasil*, were chosen to develop the theoretical framework about the issue, as well as the reflections of the Geographic and Statistic Brazilian Institute on the conceptualization of Brazilian countryside. At the end of the research, it was possible to realize that libraries in rural

¹ Professor efetivo do Departamento de Ciência da Informação – UFPE. Doutorado em Estudos da Linguagem – UFRN. E-mail: andreandersonf@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5349-4353>.

² Bacharelado em Letras pela UFPE. Bacharelado em Biblioteconomia pela UFPE. E-mail: tarsilaalbu.2@gmail.com.

areas have the potential to present the theme of modern slavery to the residents of the community, focusing on awareness, information and prevention.

Keywords: Rural Library. Modern slavery. Forced labour. Brazilian rural area.

Submissão: 4 set. 2020

Aprovação: 28 out. 2020

1 INTRODUÇÃO

Em teoria, o último local a abolir a escravidão e a oficializá-la como crime foi a Mauritânia, país do noroeste da África, em 1981 e 2007, respectivamente. Mesmo que tais datas pareçam absurdas quando comparadas a 1888, ano de promulgação da Lei Áurea, o fato é que a ilegalidade não impede que o trabalho escravo permaneça uma realidade ainda no século XXI: estima-se que haja 25 milhões de pessoas em situação de trabalho escravo no mundo (OIT; WALK FREE FOUNDATION; OIM, 2017).

O número surpreende ao se pensar em grilhões e correntes. No entanto, o trabalho escravo contemporâneo envolve pessoas não apenas privadas de seu direito de ir e vir, mas também em condições degradantes de trabalho, que colocam em risco seu bem-estar, forçadas a escolher essas atividades devido a situações de miséria, preconceito e exploração.

Essas 25 milhões de pessoas tornam-se quase invisíveis no conjunto das teias sociais, em situações alimentadas por nossas dinâmicas culturais, políticas e, principalmente, econômicas. Por isso não é incomum que muitos ainda se surpreendam quando confrontados com o fato de que a escravidão não acabou no século XIX.

A complexidade do problema faz com que surjam inúmeras frentes para procurar solucioná-lo, e o mundo acadêmico não se exclui desse cenário. Assim, busca-se trazer a discussão para a área da Biblioteconomia por considerar que as bibliotecas possuem potencial para funcionar como centros de disseminação de informação e de conscientização sobre o problema junto à população em geral e, especialmente, aos trabalhadores. Além disso, acredita-se que o profissional bibliotecário deve sempre ter em mente a responsabilidade social que possui.

No Brasil, a população residente nas áreas rurais sofre com um risco particular no tange a escravidão contemporânea por conta principalmente do isolamento geográfico. Esse cenário dificulta o acesso à informação e aos órgãos de denúncia, situação problemática que é amplificada pelos problemas sociais em geral presentes

nessas comunidades, como a baixa escolaridade da população e a escassez de oportunidades de emprego.

As bibliotecas que atuam nesses locais surgem, assim, como pontos de disseminação de informação e como espaços para debate e construção de conhecimento a respeito de questões sociais de importância para a comunidade, podendo também ser incluídos, então, os temas da dignidade no trabalho, dos direitos trabalhistas e do trabalho análogo ao de escravo.

Assim, este artigo tem como objetivo caracterizar a biblioteca da zona rural brasileira e demonstrar sua capacidade de servir como espaço para discussão sobre a temática do trabalho escravo contemporâneo no campo. Especificamente, pretende-se:

- a) discorrer sobre a classificação da zona rural brasileira;
- b) discursar sobre as bibliotecas rurais, sua conceituação, atuação e ações de fomento;
- c) dissertar sobre a escravidão e trabalho escravo contemporâneo no Brasil;
- d) apresentar sugestões de ações que possam ser aplicadas em bibliotecas da área rural para informação e conscientização sobre o trabalho escravo contemporâneo.

Metodologicamente, a pesquisa é de cunho exploratório (VERGARA, 1998), pois é uma temática ainda pouco vista dentro da Biblioteconomia, e apresenta uma abordagem qualitativa, devido ao foco nas características do fenômeno estudado, examinando o problema sem partir para análises quantitativas (RICHARDSON, 2012). Seu método, por sua vez, seguirá a pesquisa bibliográfica e documental (GIL, 2008).

A pesquisa, primeiro, tomou lugar por meio de buscas por artigos e outros trabalhos acadêmicos através do portal da Brapci (Base de Dados em Ciência da Informação), da rede Pergamum e Repositórios Institucionais das Universidades Federais, utilizando os termos “biblioteca”, “biblioteca rural”, “zona rural”, “trabalho escravo” e “escravidão contemporânea”, e suas combinações. Dessa pesquisa, autores foram selecionados para posterior busca no Currículo Lattes, com vistas à verificação de suas linhas de pesquisa e possíveis outros trabalhos na mesma temática.

Também, no final do ano de 2018, fez-se um levantamento de dados nos portais do Governo Federal, antes das modificações nos sites ocorridas em 2019,

especificamente os do Ministério do Trabalho, Ministério dos Direitos Humanos, Secretaria de Inspeção do Trabalho e Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. No ano de 2020, alguns dados foram atualizados a partir dos novos *sítes* governamentais lançados no período.

Para a conceituação de “biblioteca rural”, será considerada a definição trazida por Cunha e Cavalcanti (2008) no Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia. Quanto às características dessas bibliotecas, serão abordadas através dos exemplos das seguintes bibliotecas rurais (identificadas durante a pesquisa inicial): Arca das Letras, do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Minibibliotecas, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); e Expedição, da Associação Vaga Lume.

Por se entender que é importante, para esta discussão, compreender o que é considerado “zona rural”, levar-se-ão em conta também as pesquisas e reflexões trazidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017).

Quanto à escravidão contemporânea e ao trabalho escravo contemporâneo, a pesquisa se pautou no Código Penal Brasileiro, no relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e em trabalhos acadêmicos sobre o tema. Também foi abordada a situação no Brasil tomando-se como base os textos lançados pela organização não governamental (ONG) Repórter Brasil, uma vez que possui atuação reconhecida na área. Dela é o projeto Escravo, Nem Pensar! (ENP!), que foi trazido como exemplo de campanha de conscientização sobre trabalho escravo no Brasil.

2 A ZONA RURAL BRASILEIRA

Para iniciar a discussão, é necessário ter claro o que se entende por “biblioteca rural”. Optou-se aqui por considerar o que indica o Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia, segundo o qual a biblioteca rural é aquela “[...] que atende a uma população residente em zona rural.” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 53). Assim, percebe-se que o adjetivo “rural” incorporado ao termo “biblioteca” indica o espaço geográfico no qual a unidade se encontra e atua. Temos, então, a possibilidade da existência, por exemplo, de diferentes tipologias de bibliotecas que, por se encontram em zona rural e atenderem a população ali residente, podem ser nomeadas como “bibliotecas rurais”.

Daí surge um novo questionamento: o que seria considerado, então, “zona rural”? Para responder a essa pergunta, contou-se com estudo elaborado pelo IBGE

(2017) que tem como objetivo discutir o conceito de espaço urbano e rural e propor uma nova classificação que poderia ser adotada nos próximos Censos Demográficos.

Essa iniciativa tomou corpo devido à carência no Brasil de uma melhor delimitação e conceituação do que seja espaço urbano e espaço rural. As legislações possuem o foco na definição do que seriam “cidades” e “vilas” e consideram rural simplesmente as regiões que não corresponderam aos critérios político-administrativos de urbano, segundo as ações organizacionais e objetivos fiscais dos municípios.

Segundo Bezerra e Bacelar (2013 apud IBGE, 2017, p. 37), esse posicionamento gera o risco de descaso nas políticas destinadas à área rural, que é vista em segundo plano, já que “[...] a adoção de uma definição de rural a partir da oposição ao urbano orientou uma estratégia de modelo econômico adotado no Brasil que privilegia historicamente os espaços urbanos.”.

Essa, na verdade, é uma preocupação mundial, e diversos países, além de órgãos internacionais, vêm desenvolvendo diferentes critérios de diferenciação dos espaços rural e urbano. Os critérios mais comuns são: tamanho da população; densidade demográfica; oferta de serviços; participação da agricultura; divisão administrativa; e aglomeração das habitações.

O IBGE, apesar de necessitar, como órgão federal, seguir as definições legais, tem feito uso de alguns critérios adicionais (nomeadamente, quantidade de domicílios e distância entre habitações), que ainda assim não se mostram suficientes.

Por isso, o órgão analisou estudos internacionais desenvolvidos nos últimos anos e desenvolveu uma sugestão de nova metodologia, com novos critérios, que considera:

- a) densidade demográfica e localização/acessibilidade a centros urbanos de alto nível hierárquico, como principais; e
- b) patamares demográficos e legais, como complementares.

Tal classificação não necessariamente corresponde às divisões administrativas oficiais. Dessa forma, como resultado, haveria espaços que seguiriam a seguinte escala: urbano; intermediário adjacente; intermediário remoto; rural adjacente; e rural remoto.

Segue-se a visão da existência de um *continuum* entre rural e urbano, em que um município predominantemente urbano seria aquele em unidades populacionais

com mais de 50.000 habitantes em ocupação densa, e predominantemente rural os em unidades com ocupação densa com menos de 3.000 habitantes.

De acordo com os dados recolhidos no último Censo Demográfico, de 2010, mas se aplicando a nova metodologia, 76% da população brasileira encontra-se em área urbana, enquanto 24% estão em áreas intermediárias e rurais (21,5% em áreas adjacentes e 2,5% em remotas), conforme o Gráfico 1.

Gráfico 1 – População brasileira em área urbana, intermediária e rural



Fonte: Criado pelos autores (2019).

Contudo, quando a análise é feita de acordo com a quantidade de municípios, percebe-se que os 76% da população urbana vivem em apenas 26% dos municípios do Brasil; enquanto os 24% restantes da população habitam em 74% dos municípios do país (60% rurais e 14% intermediários). É importante destacar também que a população que não se encontra em área urbana corresponde a mais de 45 milhões de pessoas (IBGE, 2017), como mostra o Gráfico 2.

Gráfico 2 – Municípios brasileiros urbanos, intermediários e rurais



Fonte: Criado pelos autores (2019).

Vale ressaltar que essa é uma primeira proposta de reclassificação e que, na verdade, a delimitação dos espaços rurais e sua caracterização é um tema complexo, que idealmente deveria levar em consideração elementos não apenas geográficos, políticos e/ou econômicos, mas também sociais, culturais e ambientais.

Apesar dessa iniciativa recente, Soares e Carneiro (2010) comentam sobre a falta de informação sobre as populações dos espaços rurais do ponto de vista de suas características. Essas comunidades muitas vezes ficam “[...] na esfera da invisibilidade política e social.” (SOARES; CARNEIRO, 2010, p. 18).

E, “Não por acaso, nos municípios com maior concentração de população rural encontram-se ainda os mais baixos índices de desenvolvimento humano, as maiores taxas de analfabetismo, a maior incidência de práticas de exploração do trabalho infantil.” (SOARES; CARNEIRO, 2010, p. 17).

A biblioteca rural surge nesse cenário “[...] como componente importante do processo de desenvolvimento educacional, cultural e do trabalho.” (SOARES; CARNEIRO, 2010, p. 17). O direito ao livro, à leitura, ao conhecimento e à informação apresenta-se como tão fundamental quanto o direito à saúde, à educação formal, à moradia, ao trabalho.

3 BIBLIOTECAS RURAIS

Apesar da dificuldade de se encontrar trabalhos teóricos e práticos que envolvam a atuação das bibliotecas e seus agentes nas regiões e municípios considerados rurais, em comparação a essas ações no ambiente urbano, vale

destacar três iniciativas: a Arca das Letras, as Minibibliotecas Embrapa e o programa Expedição da Associação Vaga Lume.

O Programa Arca das Letras, uma iniciativa do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), foi criado em 2003 e implementou pequenas bibliotecas comunitárias para populações rurais de todo o país, em parceria com órgãos federais, estaduais e municipais, além de movimentos sociais e sindicais.

Segundo dados de 2018 da então Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (que recebeu as atribuições do MDA em 2016), entre 2003 e 2017, foram implementadas mais de onze mil Arcas em comunidades rurais de municípios de todas as unidades federativas, impactando, no decorrer desses 15 anos, potencialmente mais de um milhão de famílias (BRASIL, 2018). Segundo Soares (2010), as Arcas das Letras eram instaladas em comunidades de agricultura familiar, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, assentamentos de reforma agrária e colônia de pescadores.

O Arca das Letras tem como destaque a participação ativa da comunidade, incluindo-se a formação de agentes de incentivo à leitura. As bibliotecas possuem uma gestão autônoma, o que possibilita que bibliotecas entregues às comunidades com acervo em torno de 200 itens possam ter suas coleções expandidas, a partir de campanhas de doação, e que as já implementadas tenham a chance de continuar a caminhar com as “próprias pernas” mesmo após as mudanças no cenário político brasileiro (SOARES; CARNEIRO, 2010).

Para a formação do acervo (composto de literatura infantil, juvenil e adulta, livros didáticos, técnicos e especializados, e CDs, DVDs e fitas), era requisitada a opinião dos moradores sobre suas necessidades informacionais. O Programa, então, contava com a contribuição de outros ministérios, como o da Saúde, o do Meio Ambiente e o da Agricultura, demonstrando que as comunidades apresentavam interesse em diferentes temáticas, com o foco em seu desenvolvimento. Para Soares e Carneiro (2010, p. 21):

[...] as bibliotecas implantadas vêm contribuindo para os processos locais de desenvolvimento, constituindo um espaço para troca de experiências e de conhecimento, de acesso à informação, de práticas de leitura individual e coletiva e de integração de gerações de crianças, jovens e adultos.

No ano de 2011, uma parceria estabelecida entre o então MDA e a Secretaria de Direitos Humanos procurou divulgar formas de identificação de trabalho escravo e

de ressocialização de trabalhadores, e uma das ações desenvolvidas foi a inclusão de materiais sobre o tema no acervo do Arca das Letras (REPÓRTER BRASIL, 2011). No ano de 2009, o MDA já havia firmado outra parceria em que o Arca das Letras foi disponibilizado para distribuição de material sobre tráfico de pessoas, “[...] visto tal programa ter capilaridade no meio rural, atingindo os pontos mais remotos do país.” (BRASIL, 2010, p. 110).

Em nota divulgada em agosto de 2019, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) (para onde foi transferida a agora renomeada Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo) confirmou a extinção do Programa, informando que os livros remanescentes estavam, na época, no edifício do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), para posterior catalogação e destinação a bibliotecas públicas e escolas rurais (BRASIL, 2019).

Outra iniciativa é a do projeto das Minibibliotecas da Embrapa, criado em 2003 em parceria com o antigo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), sendo uma ação atrelada, primeiro, ao programa Fome Zero e, depois, ao Plano Brasil Sem Miséria.

O projeto tem por principal objetivo a disseminação e democratização das informações técnicas e conhecimento científico produzidos pela Embrapa, de forma a colaborar com comunidades residentes na área rural do Brasil. Isso é posto em prática através do estabelecimento de bibliotecas, ou da composição de coleções dentro de bibliotecas já existentes, em escolas da rede formal de ensino e escolas agrícolas, associação de agricultores familiares, sindicatos, institutos federais e universidades, assentamentos, comunidades quilombolas e indígenas, entre outros.

Busca-se, assim, estimular a leitura e colaborar para o desenvolvimento social, técnico, tecnológico e produtivo de comunidades que possuem como meio de subsistência a economia rural. Também se pensa na troca entre o conhecimento tradicional dos indivíduos da comunidade e o conhecimento científico da Embrapa.

Até o ano de 2014, o projeto havia inaugurado mais de cinco mil minibibliotecas (ARAÚJO; BATISTA; BELTRÃO, 2017), tendo sido inaugurado em municípios do Semiárido nordestino e de Minas Gerais, e estando hoje em todos os estados brasileiros, inclusive em algumas cidades de Moçambique (ARAÚJO *et al.*, 2009).

O acervo das Minibibliotecas, entregue às comunidades através de *kits*, é montado por uma equipe multidisciplinar a partir das características e necessidades

da comunidade em questão e de seu perfil agrícola, e conta com uma diversidade de suportes, temáticas e linguagens, inclusive em braile. Há preocupação com a inteligibilidade das informações passadas, que devem ser adequadas para o público-alvo. Nas coleções que compõem o acervo há cartilhas, livros e materiais em áudio e vídeo, e estes últimos são destacados pela importância que o conhecimento passado através da oralidade possui em comunidades rurais. Exemplos são o programa de rádio Prosa Rural e o programa para televisão Dia de Campo.

Além disso, destaca-se a iniciativa da capacitação de mediadores nas comunidades, responsáveis pela disseminação das informações sobre o acervo da Minibiblioteca, pelo estímulo ao seu uso e pela orientação e auxílio aos demais moradores (ARAÚJO; BATISTA; BELTRÃO, 2017).

Já como iniciativa da sociedade civil, destaca-se a Associação Vaga Lume, que tem como objetivo: “empoderar crianças de comunidades rurais da Amazônia a partir da promoção da leitura e da gestão de bibliotecas comunitárias como espaços para compartilhar saberes.” (ASSOCIAÇÃO VAGA LUME, 2018, p. 14).

Criada em 2001, iniciou-se como uma ação de doação de livros e de formação de mediadores de leitura no Pará. O projeto foi estendido então para outros estados da Amazônia Legal em comunidades quilombolas, ribeirinhas, indígenas e de beira de estrada e visa a uma valorização dos saberes das comunidades e de sua tradição e cultura. Hoje, a Associação atende 91 comunidades rurais em 22 municípios e conta com dois projetos: Expedição e Rede (ASSOCIAÇÃO VAGA LUME, 2018).

Através do Rede, é feita uma troca de experiências e modos de vida entre a juventude amazônica e a do Sudeste, com atividades de contato entre alunos de escolas dessas regiões, buscando a ampliação da visão sobre a importância da sustentabilidade e do meio ambiente.

O Programa Expedição, por sua vez, promove o acesso à leitura, com foco particular no público infantil e juvenil em comunidades rurais da Amazônia, através da doação de livros, estantes e esteiras e da formação de mediadores de leitura e de gestores de bibliotecas, em uma gestão comunitária. Os acervos e móveis doados são montados como bibliotecas comunitárias em sedes próprias ou dentro de escolas ou outros equipamentos da comunidade.

Salienta-se que a mediação de leitura e a contação de histórias têm grande valor por conta da posição de destaque da oralidade nessas comunidades, tendo-se

iniciado um movimento de registro da tradição oral dessas populações em livros artesanais, através de oficinas. Devido às características das comunidades atendidas, também são produzidos livros nas línguas indígenas, integralmente ou em publicações bilíngues ou multilíngues, compartilhados entre as diferentes bibliotecas (ASSOCIAÇÃO VAGA LUME, 2018).

A Associação Vaga Lume é financiada por empresas, doações individuais e financiamento governamental através da Lei de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet). Há também grande envolvimento da juventude e incentivo ao empoderamento juvenil, com muitos dos mediadores de leitura e voluntários das bibliotecas comunitárias sendo os próprios adolescentes.

Os três exemplos de bibliotecas atuantes na zona rural mencionados demonstram a importância desses espaços para as comunidades, no que tange o acesso à informação, ao conhecimento e à leitura, e por ser um local para compartilhamento e troca entre os habitantes, auxiliando-os na busca do desenvolvimento social, econômico, político e cultural da região. Também se torna evidente o quão é essencial a participação ativa dos membros da comunidade e a sua compreensão da importância da biblioteca para suas realidades e de como o acervo nela presente pode ajudá-los em suas necessidades.

A falta de bibliotecários e profissionais da Ciência da Informação na zona rural é algo demonstrado pela inevitabilidade (indicada nos três exemplos) do treinamento e preparação de membros da comunidade como gestores, agentes de leitura e mediadores entre o acervo (e suas possibilidades de uso) e os outros integrantes da população local.

A abrangência das iniciativas atesta a capacidade de alcance de uma população em geral afastada de serviços de referência, com diversos problemas sociais e em regiões com grandes desigualdades econômicas. Situações de escravidão, infelizmente, atingem sobremaneira as regiões remotas de nosso país, devido às dificuldades que os trabalhadores possuem de encontrar ou enxergar alternativas às situações sociais em que se encontram. O compartilhamento de conhecimento sobre o assunto, em uma perspectiva de prevenção, torna-se iniciativa fundamental para o combate à escravidão.

4 A ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA

O trabalho escravo faz parte de uma visão mais ampla do que é considerada a “escravidão contemporânea” e que inclui, além das questões laborais propriamente, também: tráfico de pessoas, casamento forçado, trabalho e casamento infantil, exploração sexual e mendicância e criminalidade forçadas. Estima-se que 40 milhões de pessoas, até o ano de 2016, encontravam-se em situação de escravidão no mundo (OIT; WALK FREE FOUNDATION; OIM, 2017).

Para o combate à escravidão contemporânea, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) ressalta que a aplicação de leis criminais não é suficiente; é necessária uma abordagem ampla que inclua combate direto às causas, proteção às vítimas e prevenção. Recomenda:

Pisos de Proteção Social mais fortes são necessários para compensar as vulnerabilidades que podem empurrar as pessoas para a escravidão contemporânea. Ampliar os direitos trabalhistas na economia informal — onde é mais provável que a escravidão contemporânea ocorra — é necessário para proteger trabalhadores de exploração. Dado que uma grande parte da escravidão contemporânea está relacionada com a migração, políticas migratórias melhores são de vital importância para prevenir o trabalho forçado e proteger as vítimas (OIT; WALK FREE FOUNDATION; OIM, 2017, p. 12, tradução nossa).

Além disso, também defende: o foco na questão de gênero (uma vez que a maior parte das vítimas são mulheres) e no combate à escravidão por dívida; a identificação das vítimas, para melhor assistência; atenção nos casos de crises humanitárias; melhorias na capacidade de coleta e análise de dados, além de desenvolvimento de pesquisas e banco de dados, especialmente a nível nacional; aumento da colaboração internacional e aperfeiçoamento das legislações; e participação das empresas no monitoramento das cadeias de produção (OIT; WALK FREE FOUNDATION; OIM, 2017).

Tendo em vista a capacidade de escopo da presente pesquisa, dentro do universo da escravidão contemporânea, optou-se por focar os estudos nas questões relacionadas ao trabalho escravo propriamente dito.

Pode-se manter um trabalhador escravo através de retenção de documentos, de não pagamento de salários, de criação de dívidas, de ameaças (contra si ou contra a família), de coerção física, de violência física ou psicológica e de punições exemplares (COSTA, 2018).

Segundo o *Global Estimates* (OIT; WALK FREE FOUNDATION; OIM, 2017), cerca de 50% dos indivíduos em situação de trabalho escravo estão em situação de dívida, sendo estas criadas de forma ilegal pelo empregador. Também segundo o relatório, quase 25 milhões de pessoas sofriam, em 2016, com trabalho forçado em serviços domésticos, construção civil, fábricas e manufaturas, agricultura, mineração, barcos de pesca ou exploradas sexualmente.

Em um mundo globalizado, o combate ao trabalho escravo é dificultado pela dinâmica do mercado, com casos de terceirização em série, em uma complexa rede de produção que dificulta o rastreamento dos envolvidos e que faz com que produtos gerados com mão de obra escrava pareçam legítimos ao consumidor final.

4.1 Trabalho escravo contemporâneo no Brasil

Entre os anos de 1995 (quando o Estado brasileiro reconheceu pela primeira vez a escravidão contemporânea) e 2020 — primeiro sob responsabilidade do Ministério do Trabalho (MTE) e depois, com a extinção deste, da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia (ME) — foram resgatadas 55 mil pessoas de situação de trabalho escravo, em todas as unidades federativas com exceção de Sergipe (BRASIL, 2020). Dentre essas pessoas, pouco mais de 42 mil (quase 78%) foram encontradas em situação de escravidão no campo, em todas as unidades federativas menos Sergipe, Paraíba e o Distrito Federal (BRASIL, 2020).

O Artigo 149 do Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), que versa sobre o trabalho escravo, passou a ser considerado, após modificações em 2003, um dos mais abrangentes do mundo, sendo hoje referência no assunto:

Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto (BRASIL, 1940, grifo nosso).

A incorporação dos conceitos de “jornada exaustiva” e “condição degradante” relaciona o tema diretamente com a questão da dignidade humana, o que nos diferencia da perspectiva mundial, que liga a escravidão ao trabalho forçado, restrição de locomoção, vigilância ostensiva ou ameaça de punição (OIT; WALK FREE FOUNDATION; OIM, 2017).

No entanto, um trabalhador escravizado não precisa necessariamente estar preso a grilhões, trancado ou constantemente vigiado; a privação de liberdade pode

ser infligida de forma mais abstrata: alguém em situação de miséria, pouca escolaridade ou sem conhecimento do assunto pode ser levado a acreditar que determinado trabalho, mesmo que degradante ou um risco à sua vida, é “normal” ou é “o que cabe a ele”, não havendo opção (melhores trabalhos, em condições dignas, seriam para outras pessoas); é privado de sua liberdade e direito de escolha, da possibilidade de buscar trabalho com melhores condições.

O Brasil também foi considerado referência mundial com a criação, em 1995, do Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM), fundamental para a fiscalização do trabalho em áreas isoladas; com a publicação da chamada “Lista Suja do Trabalho Escravo”³, um cadastro de empregadores flagrados utilizando mão de obra escrava; e com a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que desde 1997 possui a campanha de combate ao trabalho escravo e lança anualmente relatórios sobre a violência no campo.

No entanto, no Brasil, o combate ao trabalho escravo esbarra na escassez de verba e de profissionais (auditores fiscais do trabalho), além da demora e burocracia dos trâmites legais, da falta de condenações e punições e das várias questões políticas (COSTA, 2018). No caso da escravidão na área rural, o isolamento geográfico dificulta a atividade dos fiscais, a identificação dos casos e o acesso dos trabalhadores a profissionais e órgãos de denúncia.

Além disso, empregadores que se beneficiam da escravidão contemporânea são muitas vezes aqueles detentores de poder, estando em altos escalões da estrutura política e organizacional do Estado ou financiando quem ali está (MAGALHÃES; CAMARGOS; CHAVES, 2018). Também é alto o número de absolvições dos acusados de uso de mão de obra escrava, devido a um distanciamento entre a legislação e sua efetiva consideração e aplicação no nível do Judiciário, especialmente em relação aos pontos da jornada exaustiva e das condições degradantes (COSTA, 2017).

Outro problema é o da conscientização das vítimas de escravidão: muitas não conseguem perceber que estão sendo exploradas até serem resgatadas por oficiais da justiça, chegando mesmo a serem contra a ação, por imaginarem que estão

³A última atualização do cadastro foi realizada em agosto de 2020, totalizando 150 empregadores: https://sit.trabalho.gov.br/portal/images/CADASTRO_DE_EMPREGADORES/CADASTRO_DE_EMPREGADORES.pdf.

perdendo uma oportunidade de emprego. Verificam-se casos de reincidência, com trabalhadores já resgatados sendo encontrados de novo em situação semelhante. Isso ocorre grandemente por falta de conhecimento e por essas pessoas não verem alternativas à sua situação.

O combate ao trabalho escravo passa, assim, pela necessidade de garantias, por parte do governo, da oferta de empregos dignos, por estratégias de redução de pobreza e pela prevenção (CERQUEIRA *et al.*, 2008).

Aqui ressalta-se a atuação da ONG Repórter Brasil, organização nacional sem fins lucrativos que objetiva a investigação e denúncia de crimes contra a dignidade do trabalho, no que se inclui o combate ao trabalho escravo contemporâneo, através da divulgação de informações por meio de notícias, reportagens, documentários ou materiais pedagógicos.

Suas ações são divididas em quatro eixos: jornalismo, pesquisa, educação e articulação. Com efetiva atuação social e política, esteve ligada à relatoria do Segundo Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, de 2008, e à aprovação da PEC do Trabalho Escravo, de 2014.

É no eixo educacional que se inclui a campanha *Escravo, Nem Pensar!* (ENP!). De metodologia da Repórter Brasil, o ENP! é um programa de combate ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas com foco na prevenção. Iniciado em 2004, até agora foram elaborados 188 projetos em 465 municípios, tendo uma estimativa de impacto de 1 milhão de pessoas, das quais mais de 20 mil são educadores formados pelo programa (REPÓRTER BRASIL, 2018). A capacitação de educadores e lideranças através da expansão do programa é uma das metas do Segundo Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo.

A atuação educacional do ENP! contextualiza-se nas ações de prevenção ao trabalho escravo, mesma esfera de atuação na qual as bibliotecas rurais podem colaborar para o combate ao problema. A imagem abaixo, retirada de uma das campanhas do programa ENP!, ilustra quais são os meios possíveis de luta pelo fim da escravidão, sendo a prevenção o primeiro deles, e a educação e a informação também os primeiros nessa fase:

Figura 1 – Formas de combate ao trabalho escravo contemporâneo



Fonte: Ciclo [...] (2014).

A seguir, serão discutidas algumas propostas de ações em bibliotecas rurais para o combate ao trabalho escravo na contemporaneidade.

5 SUGESTÕES DE AÇÕES EM BIBLIOTECAS RURAIS

Acredita-se, nesta pesquisa, que as bibliotecas da área rural têm a capacidade de receber ou desenvolver ações de conscientização sobre o trabalho escravo contemporâneo, tendo em vista a importância que exercem como centros culturais e de disseminação de conhecimento de comunidades afastadas dos núcleos urbanos. Assim, apresentam-se, a seguir, algumas sugestões de modos como a temática pode ser abordada, levando em consideração as possibilidades das bibliotecas rurais e as características das comunidades em que atuam.

Deve-se ter em mente que a oralidade tem grande influência em comunidades rurais e que, por isso, deve-se pensar em materiais e ações que privilegiem essa forma de comunicação. Se for possível contar com tecnologias e aparelhos como televisão, DVD, computador, há a possibilidade de se apresentar vídeos, documentários, entrevistas, campanhas de conscientização, etc., com sessões de debate após as exibições. Alguns exemplos que podem ser encontrados na *internet* e utilizados nas bibliotecas são:

- a) O documentário de 2016 “**Menino 23: Infâncias Perdidas no Brasil**”, com direção de Belisario Franca, que acompanha uma investigação que desvendou um caso de trabalho escravo na década de 1930, no qual 50 meninos negros foram retirados de orfanatos e escravizados em uma fazenda de São Paulo.

- b) A entrevista de 2017 intitulada “**Wagner Moura encontra trabalhadores resgatados da escravidão**”, na qual o ator (embaixador da OIT no Brasil), entrevista quatro trabalhadores resgatados do trabalho escravo, que falam de suas experiências e ressaltam a importância da educação e da informação.⁴
- c) O vídeo de 2014 “**Ciclo do Trabalho Escravo Contemporâneo**” produzido pela Repórter Brasil dentro do programa ENP!. Didático, com linguagem direta e elementos gráficos dinâmicos, explica como um trabalhador pode acabar sendo enganado a entrar em uma situação de escravidão e quais circunstâncias o impedem de escapar. É adequado para o trabalho com qualquer faixa etária.

Além de vídeo, também se pode abordar a comunicação por áudio. Um exemplo são os programas de rádio, que conseguem alcançar parte da população já acostumada a esse meio de comunicação. Se a comunidade possuir uma rádio comunitária, é interessante o desenvolvimento de uma parceria entre ela e a biblioteca. A biblioteca também pode ser o espaço de funcionamento de uma rádio comunitária, abrigando os equipamentos necessários.

Se a biblioteca ou a comunidade possuírem a tecnologia necessária, especialmente o acesso à *internet*, é possível envolver a juventude através dos chamados *podcasts*. Estes são espécies de programas de rádio digitais, tendo por principal característica o fato de poderem ser ouvidos a qualquer instante, seja *on-line* ou por *download*. Os áudios podem ser postados em *sites* ou compartilhados em plataformas digitais.

O Ministério Público do Trabalho, por exemplo, possui uma “*web rádio*” pela qual transmite notícias ligadas às questões trabalhistas⁵ e a Repórter Brasil também contou, entre 2006 e 2011, com um programa de rádio digital chamado Vozes da Liberdade⁶, pelo qual divulgava informações e notícias pertinentes às situações trabalhistas. Dentro deste projeto, houve uma alternativa criativa de conscientização,

⁴ Este vídeo faz parte da campanha *50 for Freedom*, que busca a ratificação por, ao menos, 50 países do Protocolo da OIT sobre trabalho forçado: <http://50forfreedom.org/pt/>.

⁵ <http://www.radiompt.com.br/mpt/jw.php>.

⁶ <https://reporterbrasil.org.br/categorias/vozes/>.

com a transmissão de uma radionovela que contava a história de um trabalhador da área rural que sofre aliciamento e é escravizado⁷.

A imagem é outro instrumento de ação importante. Painéis podem ser montados em pontos visíveis do espaço que abriga a biblioteca ou em sua entrada. Os painéis podem conter fotos reais, que chamem atenção, acompanhadas de informações sobre a escravidão e o trabalho escravo no Brasil, em particular no campo. Além de painéis com compilações de imagens, é possível também apresentar cartazes de campanhas elaboradas pelos diversos órgãos que combatiam ou combatem a escravidão. Seguem dois exemplos (Figuras 3 e 4).

Figura 3 – Campanha da Cáritas de 2016



Fonte: Cáritas (2016).

Além das campanhas financiadas por entidades filantrópicas e religiosas, pode-se observar campanhas desenvolvidas pelo governo federal, em especial pelo Ministério Público do Trabalho.

⁷ <https://reporterbrasil.org.br/2007/11/radionovela-escravo-nem-pensar>.

Figura 4 – Cartaz do Ministério Público do Trabalho



Fonte: Ministério [...] (2018).

Outra forma de se abordar a temática da escravidão na biblioteca é a composição de seu acervo. É fundamental que haja variedade de formatos e linguagens para que seja possível alcançar diferentes públicos, em publicações como produções técnicas, materiais acadêmicos e pedagógicos, relatórios, literatura, etc. Instituições e órgãos que trabalham no combate à escravidão produzem publicações que são possíveis de obter de graça ou através de doações. Algumas sugestões são:

- a) **“Trabalho Escravo Contemporâneo no Brasil: contribuições críticas para sua análise e denúncia”** é um livro organizado pelo Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo (GPTEC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Possui a importância de ser uma iniciativa do meio acadêmico e por apresentar diferentes abordagens para a temática.
- b) Como produção literária, tem-se **“Açúcar Amargo”**, livro infantojuvenil escrito por Luiz Puntel em 1986. Com linguagem fácil e leitura rápida, acompanha a trajetória da luta por dignidade de trabalhadores no corte da cana-de-açúcar. A história foi desenvolvida a partir de pesquisa com a CPT e possui potencial para o trabalho com o público adolescente.

- c) O **“Plano MDA/INCRA para a Erradicação do Trabalho Escravo”** e o **“Manual de Combate ao Trabalho em Condições Análogas às de Escravo do MTE”** são duas publicações técnicas (de 2005 e 2011, respectivamente) que podem servir para estudo e análise crítica das ações públicas de combate ao trabalho escravo, confrontando-se a teoria com a realidade da comunidade.
- d) Como publicação didática, tem-se **“Escravo, nem pensar!: uma abordagem sobre trabalho escravo contemporâneo na sala de aula e na comunidade”**, material da Repórter Brasil que apresenta formas para se abordar a temática do trabalho escravo em escolas e outros ambientes comunitários (podendo a biblioteca rural ser um deles). Serve como um guia para agentes de leitura e mediadores.

Todos esses textos podem ser abordados de diferentes formas: apresentações (como um seminário); resumos e resenhas (por exemplo, apresentados na rádio comunitária, se houver); mediação de leitura; rodas de leitura e discussão (interessante para o público jovem e adulto); contação de histórias (opção em geral escolhida para o público infantil e infantojuvenil) etc.

Outra forma de se alcançar as pessoas são eventos, como palestras e rodas de conversa, para o público adulto e jovem adulto. É interessante tentar estabelecer parcerias com órgãos governamentais e não governamentais e com o meio acadêmico. Palestrantes como pesquisadores, professores, escritores, advogados e agentes de fiscalização trarão diferentes olhares e diferentes perspectivas de trabalho com a temática.

É imprescindível, igualmente, que sejam valorizadas as experiências e vivências da própria comunidade. Os momentos de interação organizados após as palestras ou sessões de vídeo podem servir como espaço para essas trocas. O registro do conhecimento da comunidade, em áudio, vídeo ou escrita, também é um modo de aumentar sua integração com a biblioteca e de fazer com que os moradores se sintam empoderados a falar sobre suas experiências de trabalho, percebendo que são tão válidas quanto as de qualquer outra pessoa.

Parcerias com as escolas também são importantes, e a biblioteca pode servir como apoio, em termos de acervo e espaço, para as atividades dentro de sala de aula.

Considerando que a biblioteca deve servir como espaço para desenvolvimento cultural, é possível fazer uso de apresentações artísticas, como encenações teatrais, declamação de poesias, escrita de cordéis, sessões de cinema, exposições de arte, apresentações musicais, etc., que transmitam a importância da liberdade e da dignidade do trabalho.

Por fim, ressalta-se que a comunidade precisa estar ciente do acervo e das possibilidades que a biblioteca tem a oferecer. Os exemplos de bibliotecas rurais apresentados demonstram como é importante que pessoas da comunidade ajam como agentes de mediação, de forma que as informações cheguem ao máximo de pessoas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa, é possível perceber que são muitas as opções de ações que podem ser implementadas em bibliotecas rurais visando à sua participação no combate ao trabalho escravo contemporâneo no campo, agindo dentro do âmbito da prevenção.

As bibliotecas rurais se apresentam como centros culturais e informacionais importantes para comunidades que sofrem com falta de serviços e recursos e que são, em geral, preteridas quanto a políticas públicas e mesmo dentro de um recenseamento mais especializado, como demonstrado a partir das reflexões do próprio IBGE. Essas bibliotecas surgem, então, como equipamentos a preencherem lacunas de políticas direcionadas para informação e cultura.

A própria população também se envolve quando se mostra necessário o treinamento das pessoas da comunidade para atuarem como mediadores e agentes de leitura, responsáveis pelas bibliotecas e seus acervos, em um sinal da falta de profissionais formados na área da ciência da informação nesses espaços.

Mesmo sem levar em consideração os aspectos particulares da área rural, pode ser citada a falta de implementação da Lei nº 12.244/2010, que atesta a necessidade de bibliotecas em todas as escolas públicas e de bibliotecários nessas bibliotecas. Com a chegada da data estabelecida para plena efetivação da lei, vê-se que isso não é uma realidade, mesmo nas regiões urbanas. As regiões rurais, historicamente relegadas, sofrem ainda mais com a escassez de bibliotecas e de bibliotecários.

Os problemas que sofrem as comunidades rurais também se tornam evidentes quando há reflexão sobre a questão do trabalho escravo contemporâneo.

A força política que possuem as empresas de mineração e os grandes latifundiários e produtores rurais, por exemplo — em detrimento da economia do pequeno produtor e da agricultura familiar —, com produções visando apenas à exportação e largamente envolvidas com o desmatamento, as queimadas e as invasões de terras indígenas, também acaba colaborando com a perpetuação do trabalho escravo no campo.

Vê-se, igualmente, no governo federal atual, um claro desprezo pelas questões trabalhistas, com a extinção do MTE, as críticas ao MPT, a defesa reiterada do trabalho infantil, o incentivo ao trabalho informal, a tentativa de descrédito do critério de condições degradantes do Art. 149, as ameaças quanto à escassez de empregos caso os direitos trabalhistas fossem mantidos, entre vários outros posicionamentos.

Além do mais, a diminuição de verbas para as atividades dos auditores fiscais do trabalho e do GEFM torna praticamente inviável a fiscalização das propriedades e estabelecimentos comerciais, o resgate de trabalhadores em situação de isolamento geográfico e a reinserção desses profissionais no mercado de trabalho, desta vez em condições dignas.

Mesmo com a continuidade da publicação da Lista Suja do Trabalho Escravo, tem-se notícias de empresas e proprietários que continuam a receber dos bancos financiamentos e empréstimos, mesmo com seus nomes publicados na lista.

A falta de investimento e profissionais na Justiça do Trabalho, um pensamento por vezes reacionário no Judiciário, além das várias questões políticas e econômicas, fazem também parecer que o uso de mão de obra escrava ainda compensa, já que são poucas as pessoas julgadas e condenadas por essas ações.

E, dessa forma, mais uma vez a população tem que agir por conta própria, em uma série de esforços de conscientização, informação e prevenção dos trabalhadores e futuros trabalhadores quanto às situações de trabalho escravo e escravidão, para que seja possível identificá-las, evitá-las e denunciá-las.

As limitações deste trabalho fizeram com que fosse selecionada apenas a questão do trabalho escravo contemporâneo, apesar de a escravidão contemporânea ser algo mais amplo. Também se decidiu por uma pesquisa bibliográfica e não intervencionista, focando-se na apresentação, em linhas gerais, de possibilidades de ação. Os materiais sugeridos são de autores com histórico no combate ao trabalho escravo e em ações com comunidades rurais, devendo sempre ser ressaltada a

importância de fontes confiáveis e embasadas, em uma luta contra a desinformação, muitas vezes perpetuada pelo próprio governo.

Entende-se a importância da aplicação dessas sugestões e da análise de sua efetivação (os efeitos positivos nas comunidades e as possibilidades de melhoria), apesar do risco de violência que hoje se apresenta às pessoas que lutam por causas sociais e pelos direitos humanos, tanto no campo quanto na cidade. Infelizmente, tais riscos se mostram tão prementes quanto é urgente o combate à escravidão contemporânea e aos problemas socioeconômicos que se acumulam na zona rural.

Mesmo com as várias dificuldades, percebe-se ainda o envolvimento da sociedade. É importante que o ambiente acadêmico permaneça atento às principais necessidades sociais e em como cada área do conhecimento pode colaborar para o alcance da justiça e o fim das desigualdades.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Marluce F. L.; BATISTA, Juliana A. O.; BELTRÃO, Selma L. L. Capacitação de mediadores no uso do acervo das Minibibliotecas da Embrapa no âmbito dos Territórios da Cidadania no semiárido brasileiro. *In*: ALCOFORADO, Luís; BARBOSA, Márcia R.; BARRETO, Denise A. B. (org.). **Diálogos freireanos: a educação e formação de jovens e adultos em Portugal e no Brasil**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316.2/41312>. Acesso em: 2 abr. 2019.
- ARAÚJO, Marluce F. L. *et al.* **Avaliação do projeto Minibibliotecas no Semiárido do Nordeste e no Vale do Jequitinhonha, MG**: uma pesquisa-ação. Brasília, DF: Embrapa, 2009. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/83404/1/Avaliacao-do-projeto-minibibliotecas.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2019.
- ASSOCIAÇÃO VAGA LUME. **Relatório de Atividades 2018**. São Paulo: Associação Vaga Lume, 2018. Disponível em: https://vagalume.org.br/anexos/relatorio_2018.pdf. Acesso em: 11 set. 2019.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm. Acesso em: 22 set. 2018.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **Arca das Letras**. Brasília, DF: Portal Brasileiro de Dados Abertos, 2018. Disponível em: <http://dados.gov.br/dataset/arca-das-letras/resource/346a32b1-067c-48ee-b110-8cdc18c52ae1>. Acesso em: 16 set. 2020.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Nota oficial a respeito de mensagens divulgadas sobre doação de livros**. Brasília, DF: MAPA,

2019. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/nota-oficial-a-respeito-de-mensagens-divulgadas-sobre-doacao-de-livros>. Acesso em: 17 set. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Plano MDA/INCRA para a Erradicação do Trabalho Escravo**. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/planos-de-desenvolvimento/trabalhoescravo.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Economia. Subsecretaria de Inspeção do Trabalho. **Painel de informações e estatísticas da inspeção do trabalho no Brasil**. Brasília, DF: ME-SIT, 2020. Disponível em: <https://sit.trabalho.gov.br/radar/>. Acesso em: 17 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Justiça. **Relatório final de execução do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/publicacoes/anexos/etprelatorioplanonacional-1.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2019.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Manual de combate ao trabalho em condições análogas à de escravo**. Brasília, DF: MTE, 2011. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/downloads-2/summary/40-trabalho-escravo/240-manual-de-combate-ao-trabalho-em-condicoes-analogas-as-de-escravo>. Acesso em: 15 dez. 2018.

CÁRITAS. **No dia nacional de combate ao trabalho escravo, comissão para o serviço da caridade, justiça e paz, divulga nota**. Colatina-ES: Cáritas, 2016. Disponível em: <https://site.caritascolatina.org.br/2016/01/28/no-dia-nacional-de-combate-ao-trabalho-escravo-comissao-para-o-servico-da-caridade-justica-e-paz-divulga-nota/>. Acesso em: 6 nov. 2020.

CERQUEIRA, Gelba Cavalcante de et al. (org.). **Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: contribuições críticas para sua análise e denúncia**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2008.

CICLO do trabalho escravo contemporâneo. Produção: Repórter Brasil / Escravo Nem Pensar. [S. l.: s. n.], 2014. 1 Vídeo (4 min). Disponível em: <http://escravonempensar.org.br/biblioteca/4548/>. Acesso em: 4 set. 2019.

COSTA, Flora O. **O amargo doce do açúcar: análise crítica do trabalho escravo contemporâneo a partir das ações judiciais penais distribuídas em Pernambuco entre os anos de 2009 a 2015**. 2017. 149 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: http://www.unicap.br/tede//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1282. Acesso em: 20 set. 2018.

COSTA, Flora O. **Trabalho escravo passado e presente**. Recife: Faculdade Imaculada Conceição, 2018. Palestra apresentada em evento na Faculdade Imaculada Conceição do Recife, em 10 de maio de 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/ficroficial/videos/1876427712422230>. Acesso em: 16 set. 2018.

CUNHA, Murilo B.; CAVALCANTI, Cordélia R. O. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/34113>. Acesso em: 16 mar. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE. **Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil: uma primeira aproximação**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. (Estudos e pesquisas: informação geográfica, n. 11). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100643.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2019.

MAGALHÃES, Ana; CAMARGOS, Daniel; CHAVES, Reinaldo. Flagrados com trabalho escravo doaram R\$ 10 milhões a 142 candidatos. **Repórter Brasil**, São Paulo, 5 nov. 2018. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2018/10/flagrados-com-trabalho-escravo-doaram-r-10-milhoes-a-142-candidatos/>. Acesso em: 2 abr. 2019.

MENINO 23: infâncias perdidas no Brasil. Direção de Belisario Franca. Rio de Janeiro: Giros Filmes, 2016. 1 vídeo (79 min), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rYSspBodYSQ>. Acesso em: 21 ago. 2019.

MINISTÉRIO do Trabalho autua empresa ligada a igreja por manter 565 trabalhadores em condição análoga à escravidão. **Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, 7 mar. 2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/577071-ministerio-do-trabalho-autua-empresa-ligada-a-igreja-por-manter-565-trabalhadores-em-condicao-analoga-a-escravidao>. Acesso em: 6 nov. 2020.

OIT; WALK FREE FOUNDATION; OIM. **Global estimates of modern slavery: forced labour and forced marriage**. Genebra: OIT, 2017. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_575479.pdf. Acesso em: 21 set. 2018.

PUNTEL, Luiz. **Açúcar amargo**. 10. ed. São Paulo: Ática, 1996. (Coleção Vagalume).

REPÓRTER BRASIL. **Escravo, nem pensar!**: uma abordagem sobre trabalho escravo contemporâneo na sala de aula e na comunidade. 2. ed. São Paulo, 2012. Faz parte do Programa “Escravo, nem pensar!”. Disponível em: <http://escravonempensar.org.br/biblioteca/escravo-nem-pensar-uma-abordagem-sobre-trabalho-escravo-contemporaneo-na-sala-de-aula-e-na-comunidade/>. Acesso em: 04 set. 2019.

REPÓRTER BRASIL. **MDA e Direitos Humanos firmam acordo contra o trabalho escravo**. São Paulo, 28 set. 2011. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2011/09/mda-e-direitos-humanos-firmam-acordo-contra-o-trabalho-escravo/>. Acesso em: 5 ago. 2019.

RICHARDSON, Roberto Jarry *et al.* **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2012.

SOARES, Cleide C. Arca das Letras: bibliotecas públicas rurais no Brasil. In: CONGRESO INTERNACIONAL LA BIBLIOTECA PÚBLICA: un continente entre los continentes, 2007, Medellín. **Anais** [...]. Medellín: [s. n.], 2007. Disponível em:

<https://bibliotextos.files.wordpress.com/2012/03/programa-arca-das-letras.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2019.

SOARES, Cleide C. **Formação da rede nacional de bibliotecas rurais Arca das Letras**: fortalecendo a cultura no campo. 2010. Projeto (Especialização em Gestão Cultural) – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasília, DF, 2010.

SOARES, Cleide C.; CARNEIRO, Maria Elizabeth R. Bibliotecas rurais para inclusão social no Brasil. **Informação & Sociedade**, Brasília, DF, v. 3, n. 2, p. 15-25, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1628>. Acesso em: 24 jan. 2019.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

WAGNER Moura encontra trabalhadores resgatados da escravidão. Produzido pela Organização Internacional do Trabalho. [S. l. : s. n.], 2017. 1 vídeo (9 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=inJ1KVmeEPE>. Acesso em: 21 set. 2018.